

Universidades de Classe Mundial e Colonialismo no Século XXI

Nilson De Farias

Marlize Rubin Oliveira

RESUMO

O artigo tem por objetivo compreender a ressignificação do colonialismo do século XXI através das chamadas *WCU*. Em alguns aspectos esse novo colonialismo se difere da sua organização clássica tanto do século XVI quanto do século XIX. Porém, na base está a inerente e indissociável característica lucrativa do capital. É nesse sentido que uma *WCU* passa a ser a representante do ideário hegemônico contemporâneo e, servirá de modelo institucional exemplar, encarregada de produzir e exportar conhecimento. Diante desse cenário, o *locus* do estudo foram os critérios para definição dos indicadores selecionados de dois rankings internacionais: o *Academic Ranking of World Universities* e o *World University Ranking*. O que se percebe é que o ranqueamento das universidades não aparece como um fator isolado das demais estratégias do capital para permanecer atingindo suas metas. É uma das formas de apresentação da globalização hegemônica no campo das universidades. Portanto, quando a elas é atribuído um formato modelar monolítico e, elas próprias, não questionam e procuram adequar-se ao modelo, obtém-se o consenso, tão necessário a passividade, deixando escassa margem a uma consciência crítica sobre o fenômeno.

Palavras-chave: Colonialismo do Séc. XXI; *World Class University*; Educação Superior.

Introdução

A universidade e o conhecimento por ela produzido, no início do século XXI, passam a receber influência, dentre inúmeros fatores, dos *rankings* de classificação internacionais. Neste contexto, a denominação Universidades de Classe Mundial (*World Class University - WCU*) passa a ser apreciada e almejada por inúmeros países e suas Instituições de Educação Superior (IES).

O modelo *WCU*, como pontua Leite (2012, p.81) “constitui-se numa instituição do e para o mundo desenvolvido e globalizado”. É inegável que os *rankings* globais, desde as suas primeiras publicações, tem influenciado o interior das universidades: tomadas de decisão, planejamento estratégico, definição de prioridades e objetivos.

O contexto deste século inaugura-se como uma era configurada denominada globalização. Cabe ressaltar que a globalização é, antes de tudo, um fenômeno econômico, caracterizado pela circulação de bens e serviços além das fronteiras e, logo, pela crescente integração das economias. Globalização, então aqui entendida, como hegemonia capitalista. É nesse ambiente que está inserida a classificação internacional das universidades.

Diante desse cenário é que o presente trabalho objetiva compreender a ressignificação do colonialismo do século XXI através das chamadas *WCU*. Em alguns aspectos esse novo colonialismo se difere da sua organização clássica tanto do século XVI quanto do século XIX.

Porém, na base está a inerente e indissociável característica lucrativa do capital. No cenário atual, onde o mercado é o definidor das diretrizes do capital, a educação e o conhecimento são elevados a categoria de valiosas mercadorias, vislumbrando-se potencialidades vantajosas para estender a possibilidade de ampliar sua acumulação. É nesse sentido que uma WCU passa ser a representante do ideário hegemônico contemporâneo e, servirá de modelo institucional exemplar, encarregada de produzir e exportar conhecimento. Assim, exporta também seus modelos de fazer ciência, de distribuir recursos generosos a algumas áreas em detrimento de outras, de primar pelas pesquisas pragmáticas vinculadas a produção de artefatos para produção em escala global, de fazer avaliação institucional pela lógica neoliberal produtivista, entre outras.

Assim, o *locus* do estudo foram os critérios para definição dos indicadores selecionados de dois rankings internacionais que adquiriram maior expressão e reputação a partir de 2003, o ARWU – SJT: *Academic Ranking of World Universities*, da Universidade Jiao Tong, de Xangai e o WUR: *World University Ranking da Times Higher Education*. Para tanto, foram utilizados princípios da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) como subsídio metodológico.

O texto está organizado em quatro seções, além da introdução. A primeira busca compreender que o capitalismo realiza-se como processo histórico e somente pode ser compreendido adequadamente se o estudarmos na sua totalidade e na dinâmica de sua transformação e que as mutações e exigências atuais do capital estão inseridas na lógica deste processo. A segunda seção trata especificamente dos rankings e suas metodologias. A terceira procura pontuar os rankings como um dos elementos estratégicos no movimento do capital. Por fim, as considerações finais buscam trazer sínteses possíveis nesse momento.

Mutações e novas (antigas) exigências do capital

Para uma análise da atual fase do capitalismo global, se faz necessário afirmar que há uma reestruturação e uma nova configuração na base econômica, assegurada e impulsionada pelos organismos multilaterais, apresentando como características a desregulação e a abertura de mercados, favorecendo trocas de mercadorias e serviços em todo o mundo. Ao reconfigurar a infraestrutura, provoca alterações na superestrutura das sociedades, interferindo reciprocamente.

Este momento do comportamento do capital é denominado globalização. Não é um fenômeno novo, porém não é qualquer globalização. É uma globalização neoliberal, na qual os interesses do grande capital transnacional são clara e evidentemente preponderantes.

A revolução na área tecnológica, sobremaneira das tecnologias da informação, é o fator que mais impulsiona a reestruturação do capitalismo global. Tem modificado e impulsionado não só a economia, mas está no centro das grandes transformações que ocorrem nos mais diversos aspectos, impactando velozmente diferentes dimensões da vida humana. Assim, tem impulsionado decisivamente os elementos mais importantes para o desenvolvimento: a técnica, o conhecimento, a ciência.

O capitalismo realiza-se como processo histórico e somente pode ser compreendido na sua totalidade e na dinâmica de sua transformação. Suas raízes estão calcadas na crise do modo de produção feudal, e numa primeira e apressada análise sobre a sua condição atual, poderá parecer independente de sua origem. A produção de mercadorias é a sua característica essencial. O objetivo básico de tal produção não é a satisfação das necessidades sociais (do indivíduo e da coletividade), mas multiplicar o dinheiro investido em sua produção, propiciando acumulação do capital. Para atingir tal objetivo, em sua dinâmica histórica, o capitalismo encontrou e encontra mecanismos para se reproduzir.

Tendo por base o objetivo aqui proposto, é necessário apontar a histórica predisposição do capital ao imperialismo colonialista. Apresentou-se como pacto colonial e exclusivo comercial (séculos XV ao XVIII) direcionando-se ao novo mundo das américas como produtoras de mercadorias e, para a África, como fornecedora de mão-de-obra escrava, propiciando a acumulação primitiva de capital; como neocolonialismo (século XIX) voltando-se aos continentes africano e asiático em busca de novos territórios fornecedores de matéria-prima, mercado consumidor e espaço para excedente populacional, necessários à expansão da indústria europeia; como área de influência e interesse da nascente potência estadunidense nas cambaleantes nações latino-americanas (início do século XX) e da descolonização afro-asiática (após a Segunda Grande Guerra).

Este trabalho procura compreender uma nova configuração desta vocação imperialista do capital. Um olhar histórico na dinâmica do capital, remete ao pós-guerra, dos anos 1950 a 1980, em que viu-se um crescimento econômico extraordinário, impulsionado pela ideologia do desenvolvimento através da industrialização. Nesse contexto caberia ao Estado o papel de impulsionador e regulador da economia. Tal concepção se fundamentou nas teorias econômicas de linha keynesiana que de modo geral, que pregavam que o Estado deveria interferir na economia para garantir o pleno emprego e oferecer uma ajuda social aos desempregados. Nas décadas de 1960 e 1970, surgem as teorias da dependência que tinham por objetivo combater esse “otimismo ingênuo” perante o desenvolvimentismo e evidenciar

as contradições a ele inerentes: o imperialismo dos países centrais e o empobrecimento embrutecedor das nações periféricas.

No Brasil, predominantemente agrícola, quando o aumento de produtividade chega ao campo, com a tecnificação da agricultura, o problema do desemprego se agrava. O homem é expulso do campo, rumo à cidade, que já se encontra problemática, aumentando assim, a marginalidade urbana. A distribuição da renda seguiu o caminho da produção de bens de consumo sofisticados, pela descapitalização e baixa dos salários, gerados pela presença do “exército de reserva” que pressiona os salários para baixo. Para acalmar os ânimos da esquerda e seus movimentos revolucionários acenando para o socialismo, sucessivos golpes militares acontecem ao redor do mundo, instalando regimes autoritários.

Na década de 1980 a burguesia deixou de lado seu discurso do desenvolvimento e parte para um discurso neoliberal, de ajuste econômico e de confiança nos mecanismos do mercado. Na verdade, essa tendência já vem sendo gestada no período que sucedeu a Segunda Grande Guerra, na Europa Ocidental e na América do Norte. Hayek (2010) em “O caminho da servidão” escrito em 1944, apresenta uma mensagem drástica ao Estado de Bem-Estar europeu, defendendo que apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão - uma servidão moderna.

Essa tendência neoliberal não encontrou campo de todo favorável, por serem as décadas de 1950 e 1960 uma fase de auge do capitalismo. É o período que Hobsbawn (1997) denomina de “Anos Gloriosos do Capitalismo”. Porém, a década de 1970 foi marcada por longa e profunda recessão, combinando baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação.

Surge assim, possibilidade para o neoliberalismo expandir seu ideário. Em 1979, foi eleito o governo Thatcher na Inglaterra, que se empenhou em pôr em prática o programa neoliberal. Em 1980, Reagan chegou a Casa Branca dos EUA. Em 1982, Kohl ganha às eleições na Alemanha Ocidental. A isso se seguiu uma avalanche de países que também viraram à direita.

Hayek ao receber o Prêmio Nobel da Economia em 1974, fala não sobre economia, mas sobre filosofia da ciência, sendo o título da conferência “A pretensão do conhecimento”. No fundo o que está em jogo é uma concepção de antropologia, das possibilidades do conhecimento e da ação humana.

A grande questão que se evidencia no discurso é a ineficiência de o Estado tentar planejar, ajustar e regular o mercado. “Crítica a tentativa dos economistas de, em nome da ciência, substituir os processos espontâneos do mercado pelo controle humano consciente” (MO SUNG, 1992, p. 55).

Deste modo, notamos com grande evidência o neoliberalismo se apresentando contrário a visão otimista da modernidade. Tanto o conhecimento como a ação histórica dos indivíduos e dos grupos são limitados. Cabe então ao Estado, não interferir no mercado, pois ele contém leis de ajuste natural, sendo que o melhor que se pode praticar é o *laissez-faire, laissez-passer*.

Ao ver o Estado como um vilão, os neoliberais pregam que ele deve tirar o seu paquidérmico peso de cima da economia. Dentre as saídas apontadas estão a privatização e a liberalização da economia. Na tentativa de reconstituir suas margens de lucro e na ausência de novos territórios de acumulação, a tendência do capital é ampliar a expropriação sobre o trabalho. Assim, para Coggiola (1996) as políticas ditas neoliberais, constituem claramente uma tentativa de descarregar a crise do capitalismo nas costas dos trabalhadores.

Neste ambiente complexo e contraditório, estão inseridas as questões educacionais, de forma geral e, a universidade e a educação superior, de forma particular. A globalização exerce urgente e pesada pressão, num cenário de encruzilhadas e turbulências para a qual a universidade não se sente competente a responder.

Tais demandas estão sendo solicitadas às universidades de países de economias avançadas e periféricas, sendo possível afirmar, que o processo é mais problemático na periferia. Frente a globalização, parece que responsabilidade principal das universidades, sobretudo as da periferia, consiste em assumi-la criticamente na agenda da reflexão e da pesquisa, objetivando a construção de cenários futuros mais favoráveis.

Para Pereira (2009, p. 48) a universidade contemporânea tem seus alicerces basilares afetados por três ordens de fatores: pela globalização que redesenha o território e papel do Estado; pelas políticas neoliberais que trocam cidadania pela “liberdade de mercado”; por uma produção técnico-científica cada vez mais concentradora e excludente.

Muito distante do conceito e das tarefas básicas da universidade clássica que buscava, por um lado, a promoção do desenvolvimento máximo do conhecimento científico, e por outro, conteúdos que propiciassem a formação intelectual e moral da nação, hoje a interação universidade-mercado, obedecendo a lógica utilitarista, tende a reduzir a produção do conhecimento a produção do conhecimento para o mercado. Isso tem transformado a universidade em uma fábrica do conhecimento. Analisando o papel da universidade como produtora de conhecimento de alto valor civilizatório e de formação integral e sua atualidade mercadológica, Dias Sobrinho (2005, p. 122) afirma:

No passado, a universidade foi pensada por intelectuais do peso dos Humboldt, Kant, Fichte, Karl Jasper, Heidegger, só para citar alguns alemães. Hoje, quem diz para os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento o que deve ser uma

universidade são os economistas e funcionários do Banco Mundial, do BID, do FMI, da OCDE, da COM e, nos âmbitos nacionais, técnicos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Isso parece apontar adequadamente a tendência de que a sociedade, o conhecimento e a formação como bens públicos não são mais a referência central da universidade. O centro voltou-se para a função econômica e nas capacidades laborais, delineando um sentido individualista, pragmático e imediatista que tem sido demandado da universidade.

Os rankings e seus indicadores

Os rankings globais de universidades surgiram na primeira década do século XXI, embora os rankings nacionais tenham ganhado importância desde a década de 1990 e, haja registro datando do final do século XIX nos EUA. Segundo Barreyro (2015) há pelo menos dez rankings internacionais, mais de cinquenta nacionais e, são criados por governos, universidades, órgãos de financiamento e imprensa. A European University Association (EUA) desenvolveu uma taxonomia dos rankings acadêmicos (RAUHVARGERS, 2011) agrupando-os em: rankings em que o objetivo principal é produzir tabelas classificatórias das universidades, rankings que se concentram somente no desempenho da pesquisa (nem sempre com tabelas classificatórias), multirankings que usam séries de indicadores sem produzir tabelas classificatórias, rankings comparativos com base em resultados de aprendizagem e web rankings (EUA, 2015). Segundo a Comissão Europeia, atualmente pelo menos 30 países adotam algum modelo de classificação de suas universidades.

No Brasil, a Universidade de São Paulo (USP), em 2009, ano do seu 75º aniversário, publica o seu planejamento para 2034, quando estará comemorando seu primeiro centenário. Com o título “USP 2034: planejando o futuro”, apresenta a Universidade como uma instituição posicionada nos rankings globais e desenvolve a estratégia para o seu fortalecimento e conquista de melhor posicionamento. Nesse sentido, a reitora da USP à época, Vilela, afirma que “a perspectiva maior para a Universidade é a ampliação de sua liderança acadêmica nos cenários nacional e internacional, o que fortalece o seu papel de universidade de classe mundial” (2009, p. 42). Cabe lembrar que a política de concessão de bolsas pelas agências financiadoras de pesquisa e pós-graduação tem privilegiado investimentos em universidades bem ranqueadas.

Ainda no Brasil, os rankings influenciaram a criação de um ranking nacional que tem sido a referência nos últimos anos. O Ranking Universitário Folha (RUF) uma avaliação anual

da ES do Brasil iniciada em 2012 e usa cinco (05) indicadores: qualidade de ensino, avaliação do mercado, internacionalização, qualidade de pesquisa e inovação (RUF, 2016).

A escolha dos dois rankings deste estudo levou em consideração a projeção pública, expressão e aceitação global, tendo influência em governos, empresas, universidades, alunos, bem como, na criação de outros rankings.

O ARWU – SJT: *Academic Ranking of World Universities*, da Universidade Jiao Tong, de Xangai, segundo Barreyro (2015) foi idealizado por dois professores e um técnico da Universidade de Jiao Tong, apoiados pelo interesse do governo chinês em enviar estudantes a instituições estrangeiras e publicou sua primeira classificação em 2003. Baseado em dados públicos e gratuitos, “por isso privilegia a pesquisa, as publicações em inglês (especialmente nas revistas *Nature e Science*) e a coleta dados de prêmios Nobel” (BARREYRO, 2015, p. 07). Não considerava as ciências sociais e as humanidades, mas passou a considerá-las desde 2011. Pela forma como coleta, seleciona e classifica os dados é considerado transparente, consistente e constante (ARWU, 2015).

Desde 2009 a ARWU tem sido publicada e protegida por direitos autorais pela Consultoria de Classificação de Xangai. Esta Consultoria é uma organização totalmente independente na informação de ensino superior e não juridicamente subordinada a nenhuma universidade ou agência do governo.

Anualmente mais de 2.000 universidades são pesquisadas, aproximadamente 1.200 são classificadas e as 500 melhores são publicadas. A ARWU baseia-se em seis indicadores para classificar o desempenho acadêmico das universidades mundiais, a saber: número equivalente de ex-alunos que receberam o Prêmio Nobel e Medalha Fields (*Alumni*), número equivalente de membro do corpo docente que ganharam tais prêmios (*Award*), número dos pesquisadores mais citados em todas as disciplinas (*HiCi*), número equivalente de trabalhos publicados na *Nature* e na *Science* (*N&S*), número equivalente de artigos incluídos no *Science Citation Index* (*SCIE*) e no *Science Citation Index Social* (*SSCI*) (*PUB*), média de desempenho docente per capita nos cinco indicadores anteriormente citados (*PCP*). Para cada indicador o estabelecimento mais bem classificado recebe a nota 100, sendo a ordenação dos outros calculada em porcentagem do primeiro.

Quadro 01 – Indicadores/Critérios da ARWU (2015)

Indicador de 1º Nível	Indicador de 2º Nível	Código	Peso
Qualidade de Ensino	Número equivalente de ex-alunos que receberam o Prêmio Nobel e Medalha Fields.	Alumni	10%

Qualidade Docente	Número equivalente de membro do corpo docente que receberam o Prémio Nobel e Medalha Fields.	Award	20%
	Número dos pesquisadores mais citados em todas as disciplinas.	HiCi	20%
Realização de Investigação Científica	Número equivalente de artigos publicados na Nature e Science.	N&S*	20%
	Número equivalente de trabalhos incluídos no Science Citation Index (SCIE) e no Science Citation Index Social (SSCI).	PUB	20%
Desempenho Docente per capita	Média de desempenho docente nos 5 indicadores anteriormente citados.	PCP	10%
* Para as universidades de artes, sem levar em conta indicadores de N & S, o seu peso é proporcionalmente decomposto em outros indicadores.			

Fonte: Traduzida e adaptada ARWU (2016)

O WUR - *World University Ranking*, inicialmente desenvolvido pela revista britânica *Times Higher Education* (controlada pelo jornal *The Times*) e pela empresa Q&S (*Quacquarelli Symonds*), também britânica, privada e com fins lucrativos. A Q&S é uma empresa/agência que fornece informações sobre alunos em potencial para orientar as universidades em suas competitivas seleções, bem como, possui um programa de melhoria de instituições de educação superior. Para Barreyro (2015) isso demonstra certo conflito de interesses.

A partir de 2010 associou-se à publicação *Thomson Reuters*, que produz, entre outras coisas, o *Science Citation Index*, e também fornece dados ao ARWU. Em 2014 iniciou uma parceria com a Elsevier, gigante editora de literatura médica e científica pertencente ao grupo *Reed Elsevier* que produz o *Elsevier Publisher Scopus* (WUR, 2016)

Na classificação 2015-2016 o WUR atualizou a sua metodologia, afirmando que “a metodologia básica para o ranking deste ano é semelhante ao utilizado desde as tabelas de 2011-12, mas fizemos mudanças importantes para a estrutura dados” (WUR, 2016).

Para tanto, utiliza-se de treze indicadores de desempenho agrupados em cinco missões consideradas fundamentais: ensino, investigação (produção e influência), transferência de conhecimento e perspectiva internacional. Na apresentação da página inicial em seu site anuncia, de modo nada modesto, que “fornece a lista definitiva das melhores universidades do mundo”. (WUR, 2016).

Quadro 02 – Indicadores/Critérios da WUR (2015/2016)

Indicador de 1º Nível	Indicador de 2º Nível	Peso	Código	Peso
-----------------------	-----------------------	------	--------	------

Ensino: ambiente de aprendizagem	Pesquisa de reputação acadêmica (executado anualmente);	15%	Teaching	30%
	Proporção professor - aluno;	4,5%		
	Proporção doutorado – bacharelado;	2,25%		
	Doutorados concedidos ao corpo docente;	6%		
	Renda institucional: Relação infraestrutura/instalações e pessoas;	2,25%		
Investigação (volume, renda e reputação)	Pesquisa de Reputação Acadêmica;	18%	Research	30%
	Renda de pesquisa;	6%		
	Produtividade em pesquisa;	6%		
Citações	Influência da investigação/pesquisa;	30%	Citations	30%
Perspectiva/Visão Internacional (docentes, alunos, pesquisa)	Proporção alunos nacionais e estrangeiros;	2,5%	International outlook	7,5%
	Proporção pessoal/equipe nacional e estrangeiros;	2,5%		
	Colaboração em publicações internacionais;	2,5%		
Rendimento para a indústria	Transferência de conhecimento;	2,5%	Industry income	2,5%

Fonte: A partir Times/QS (2016)

Ao que parece, o objetivo inicial dos rankings, era fornecer informações a alunos e familiares sobre o posicionamento das universidades no geral ou em alguma área específica, orientando a intenção de matrícula. Porém, os rankings converteram-se em pauta de marketing de instituições de ensino, indicadores para alocação de recursos dos governos, direcionadores de investimentos privados, orientadores para agências de fomento em pesquisa etc.

Os *rankings* apresentam-se como tabelas de classificação das universidades, elencados por notas obtidas por variáveis selecionadas. Para Leite (2012, p. 72) os sistemas de indicadores e índices podem ser cientificamente contestados e questionados e seus pesos são arbitrários e podem mudar de um ano para outro.

Nesse sentido, *European University Association* (EUA) desenvolveu um relatório denominado “*Global university rankings and their impact*” (RAUHVARGERS, 2011) onde avalia o impacto de diversos rankings. Cabe observar que a crítica ao formato dos rankings já inicia na capa, onde apresenta um elefante sendo observado por seis pessoas. Na página dos créditos, a imagem é repetida. Na página seguinte a imagem reaparece acompanhada pela parábola de John Godfrey Saxe “*The Blind Men and the Elephant*”.

O documento informa que existem aproximadamente 17.000 universidades no mundo e que as classificações não lidam com mais de 3% deste universo (RAUHVARGERS, 2011, p. 13). “Os rankings privilegiam certos aspectos da universidade, não dando conta e não conseguindo enxergar a totalidade e a complexidade das instituições” (idem, p. 60). O documento ainda faz ponderações sobre os perigos de levar muito a sério o posicionamento dos rankings.

Ainda, cabe afirmar que as tabelas classificatórias, mesmo considerando uma baixíssima amostra, passam a impressão de que o desenvolvimento econômico, cultural, da saúde, das ciências básicas e da tecnologia dependem destas raras universidades.

Outro documento que faz uma detalhada análise dos rankings é o Relatório Nº 442 do Senado Francês de 02 de julho de 2008, sob o título “*le Défi des Classements dans l’Enseignement Supérieur*” (BOURDIN, 2008).

O relator Bourdin afirma que os rankings estão desfrutando de um notável sucesso. Cita que Nicolas Sarkozy afirmou em 2007, que intencionava ter na França duas entre as 20 e dez entre as 100 melhores universidades do mundo (BOURDIN, 2008, p. 06). O estudo apresenta títulos como: “Impacto excessivo de um instrumento imperfeito” e “Como evitar as armadilhas dos rankings”. Faz ponderações sobre os propósitos, público que se destinam, como produzem e estabelecem seus princípios, comparações, indicadores e referenciais. Além disso, detém-se sobre a relevância do método e da forma como as métricas e pesos são estabelecidos.

Ainda assim, os rankings, diferente de avaliação e acreditação, tem sido ignorados pelos acadêmicos (LEITE, 2012, p. 71). Neste sentido, aqui aparece a capacidade e poder da ideologia da globalização (LEHER, 1998). O modelo de classificação dos rankings apresenta-se como a verdade a ser seguida e nem mesmo a academia ousa refletir sobre seus próprios posicionamentos frente a esta dominante hegemonia.

Desta forma, os rankings apresentam-se como um dos elementos dentre uma miríade de estratégias que o neoliberalismo utiliza para estabelecer a sua hegemonia globalizante, atendendo às novas exigências do capital.

Os rankings e os movimentos do capital

Apontando para o objetivo deste trabalho, a abordagem é no sentido de discutir os rankings na atual conjuntura do capital. Como retro afirmado, o capital tem histórica predisposição ao imperialismo colonialista. Em momentos de inflexão de sua taxa média de lucros, constrói condições para evitar crises sistêmicas e para expandir sua acumulação. Um

dos encaminhamentos possíveis é um novo colonialismo imperialista. Luxemburgo (1970, p. 398) aborda o protecionismo e acumulação:

Por conseguinte, a acumulação capitalista tem, como todo processo histórico concreto, dois aspectos distintos. De um lado, tem lugar nos lugares de produção da mais-valia - na fábrica, na mina, na propriedade agrícola e na circulação de mercadorias. [...].

O **outro aspecto** da acumulação do capital realiza-se entre o capital e as formas de produção não-capitalistas. Esse **processo desenvolve-se no cenário mundial**. Aqui, os métodos são a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra. Aparecem aqui, sem dissimulação, a violência, a trapaça, a opressão, a rapina. Por isso **é difícil descobrir as leis severas** do processo econômico **nessa confusão de atos políticos** de violência, nesse confronto de forças.

Embora escrito em 1912, a autora antecipa inúmeros feitos históricos (por exemplo, a Primeira Grande Guerra iniciará apenas em 1914) e impressiona por sua atualidade. Continua sendo um desafio compreender as “leis severas do processo econômico” e as estratégias do capital transnacionalizado.

Quando necessário, o capital usa do militarismo em suas diferentes facetas. Ele acompanha todas as fases históricas da acumulação. Se os métodos admitidos como “normais” para a expansão fracassam, usa-se a guerra. Se o ideário hegemônico globalizante não for suficiente para alcançar os objetivos traçados e, para enquadrar os “estados canalhas”, tem-se a disposição o poder militar, dentre eles, o inigualável, disponível, coberto e encoberto poder militar estadunidense e de seus aliados. Porém, “o sistema capitalista de nossa época foi privado da sanção máxima de que dispunha: a guerra total contra seus inimigos reais e potenciais” (MÉSZÁROS, 2011, p. 66) Assim, há outras estratégias para cumprir as necessidades de contínua expansão do capital.

Dentre as estratégias, está a ideologia da globalização (LEHER, 1998), afirmando-se como um processo virtuoso e unificador. Tal ideologia catalisa energia redobrada após o “*debacle*” do dito socialismo real. Assim, advoga que não há outra saída a não ser o rendimento incondicional à democracia do livre mercado. Neste sentido, constrói-se inclusive uma neolíngua (LEITE, 2012, p. 16) acentuando os termos qualidade, avaliação, credenciamento, acreditação, internacionalização, rankings dentre outros.

No conjunto da ideologia da globalização, aparecem também as terminologias associadas ao conhecimento: era do conhecimento, sociedade do conhecimento, economia do conhecimento etc. O conhecimento assume a categoria de valiosa mercadoria. A título de exemplo, o Banco Mundial (BM) elabora um *ranking* da economia do conhecimento de onde derivam o KEI (Índice de Economia do Conhecimento) e KI (Índice de Conhecimento) (BM,

2016). Assim, os “os rankings medem o conhecimento que um país produz. Ou seja, o quanto de valor financeiro o conhecimento, a inovação e as tecnologias da informação agregam” (LEITE, 2012, p. 74).

Aparecem dificuldades para contestar os sedutores “benéficos” provenientes da globalização. Por ser uma ideologia, apresenta-se como um corpo conceitual que faz sentido, aparenta coerência e, convence. Daí retomar Luxemburgo (1970), acima citada: “Por isso é difícil descobrir as leis severas do processo econômico[...]”. Some-se a isso o poder de convencimento dos atores globais do neoliberalismo, identificados por Leite (2012, p. 82) como “globalização como hegemonia capitalista”.

Deste modo, articulam-se movimentos e estratégias dos atores globais acima elencados com instituições, organizações e acadêmicos. Nessa lógica, os valores cultivados e laureados no mundo dos negócios, transplantam-se para o interior das universidades, minando o comportamento acadêmico. Estabelecem-se os parâmetros de produtividade e competição a fim de melhorar a “performance” individual de professores, estudantes e técnicos. A palavra chave usada para azeitar esta estratégia é “Qualidade”, referindo-se a padrões e normas unificadas e transplantados do universo europeu ou estadunidense. Esta é a forma atual da mercadorização da educação, sobremaneira da educação superior.

É inegável que há um desejo de melhoria da qualidade de todas as universidades. Daí a fácil atratividade dos movimentos e processos acima elencados. Surge daí o que Leite (2012) denomina como sendo um novo tipo de imperialismo: o “imperialismo benevolente” que usa uma forma de atração e sedução próxima ao “*soft power*”, caracterizado por fazer uso do convencimento, da atração e da sedução ao invés da coerção.

Outro importante elemento nesse movimento global do capital, é a atratividade que os sistemas educacionais públicos e privados despertam. Os privados com a possibilidade de fusões e aquisições globais, bem como, pelo número crescente de matrículas nas economias periféricas. Na esteira do ideário da redução do tamanho do Estado e do cultivo dos valores do mercado, entra em cena o setor privado.

No Brasil, o sistema *Kroton Educacional*, com suas ações na Bovespa, após a fusão com a Anhanguera em 2014, passou a contar com cerca de um milhão de alunos matriculados. Ainda, na ES do Brasil em 1980, havia pouco mais de um milhão de estudantes matriculados. Em 2013 esse número já era de mais de sete milhões, sendo mais de cinco milhões em instituições privadas (MEC/INEP, 2015). Segundo a UNESCO (2014), no mundo em 2012, havia 196 milhões de matriculados na educação superior. Os sistemas públicos interessam pela sua estrutura, pela gama de serviços associados e integrados às universidades e a

possibilidade de privatização. Faz sentido observar, no Brasil, o movimento em direção à “privatização” dos hospitais universitários via EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares). Não é deslocada das estratégias globais que a Organização Mundial de Comércio (OMC) formatou e estabeleceu um Acordo Geral Sobre Comércio e Serviços (GATS) incluindo “serviços de distribuição de educação” na liberação de comércio e serviços.

Em 2005, Dias Sobrinho (2005) relatava a evasão de cientistas de alta qualificação dos países periféricos em direção às economias de avançada industrialização. Estimava que cerca de um milhão e duzentos mil cientistas latino-americanos emigraram para EUA, Canadá e Reino Unido nas últimas quatro décadas. Afirmava ainda, que transferiu-se para os países centrais os benefícios de cerca de vinte anos de investimento na formação de cada cientista, chegando a um valor total de trinta bilhões de dólares. Certamente isso continua acontecendo. Porém, um outro quadro levanta-se com vigor: não a fuga de cérebros, mas competição por cérebros. A maioria dos países de economia avançada sofrem sérios problemas demográficos com a escassez de jovens, razão pela qual se tornam urgentes e necessários imigrantes altamente qualificados. Como atesta Hazelkorn (2009, p. 51), há uma severa carência de estudantes locais, em especial no nível de doutorado, que vem apresentando frequentes sobras de vagas. “Isso colocou o recrutamento internacional na linha de frente.” Neste sentido, um bom posicionamento nos rankings globais é um prestigiado argumento de marketing.

Assim, pode-se afirmar que o ranqueamento das universidades não aparece como um fator isolado das demais estratégias do capital internacional para permanecer atingindo suas metas de multiplicar-se infinitamente. É uma das formas de apresentação da globalização hegemônica no campo das universidades. Essas instituições, no mundo ocidental moderno, construíram-se como elementos basilares das sociedades que as circundam. Portanto, quando a elas é atribuído um formato modelar monolítico e, elas próprias, não questionam e, além do mais, procuram adequar-se ao modelo, obtém-se o consenso, tão necessário a passividade, deixando escassa margem a uma consciência crítica sobre o fenômeno.

Considerações finais

A universidade, como uma instituição histórica que é, em seus últimos tempos de existência, tem se transformado em um campo minado de disputas. Na atual fase do capitalismo, as WCU, classificadas através de rankings internacionais, apresentam-se como

uma das estratégias do neoliberalismo globalizante, onde uma classe hegemônica auto delega-se portadora das ideias, valores e moral de toda a sociedade.

Tendo claro que o objeto deste estudo foi compreender a ressignificação do colonialismo do século XXI através das chamadas *WCU*, e compreendendo-se tal objeto calcado em suas circunstâncias históricas, portanto sempre em movimento amplo, complexo e contraditório, abre-se espaço para inúmeros estudos futuros. O capitalismo hodierno tem se mostrado como o mais concentrador de toda a sua história. Nas últimas décadas o capital movimenta-se no sentido de constituir-se em grandes fusões e aquisições. Existem grupos econômicos investindo nos mais diferentes ramos da economia. São formas de diversificar as possibilidades de retorno do capital. Assim, a constituição de conglomerados na área da educação e do conhecimento e neste contexto as chamadas *WCU* ocupam lugar privilegiado. Ampliar estas discussões parece ser uma necessidade que se impõe.

Outra possibilidade que pode ser apontada, é um estudo acerca de uma outra possibilidade de *WCU*, incluindo critérios de classificação, como por exemplo tempo e existências das universidades, orçamento anual, número de alunos e professores, proporção aluno/professor e aluno/orçamento, dentre outros.

Concluindo, porém, não finalizando, cabe afirmar que o terreno ora estudado é instável, movediço, inconstante e complexo. É histórico. Assim, toda forma de tentar transformá-lo num bloco monolítico modelar aplicável a toda e qualquer situação, deve ser entendido como uma afronta as suas bases históricas, que são essencialmente movimento e contradição.

REFERÊNCIAS

ARWU – SJT: Academic Ranking of World Universities. Disponível em: <<http://www.shanghairanking.com/>> Acesso em: 08 fev. 2016.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/WBI/WBIPROGRAMS/KFDLP/EXTUNIKAM/0,,menuPK:1414738~pagePK:64168427~piPK:64168435~theSitePK:1414721,00.html>> Acesso em: 10 jan. 2016.

BARREYRO, G. B. Educação superior, internacionalização e qualidade: ahelo: enade global ou pisa da educação superior? **GT 11 - 37ª Reunião Nacional da ANPEd** – 04 a 08 de

outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-4238.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BOURDIN, J. Enseignement supérieur: le défi des classements. Rapport d'inform. n° 442 (2007-2008). 02 07 2008. Disponível em: <<http://www.senat.fr/rap/r07-442/r07-442.html>> Acesso em 10 jan. 2016.

GOGGIOLA, O e KATZ, C. Neoliberalismo ou crise do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro. N° 28, Jan. /Fev. /Mar. /Abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a14n28.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2015.

EUA - European University Association. Disponível em: <<http://www.eua.be/>> Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

_____. “A pretensão do conhecimento”, in **Humanidades**, vol. II, n. 5, out-dez/83, Brasília, UnB. p. 47-54.

HAZELKORN; Ellen. Os rankings e a batalha por excelência de classe mundial: estratégias institucionais e escolhas de políticas. **Higher Education Management and Policy**, vol. 21, n° 1, pp. 47-68. 2009. Disponível em: <www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed01_mai2010/pdf/Ed01_marco2010_rankings.pdf> Acesso em: 21 out. 2015.

HOBBSBAWN, E. **Era dos Extremos: breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LEHER, R. A ideologia da globalização na política de formação profissional brasileira. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte. N° 04, Ago./Dez. 1998. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/1530/1181>> Acesso em: 10 dez. 2015.

LEITE, D. [et.al.]. – Políticas de evaluación universitaria em América Latina: perspectivas críticas. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : **CLACSO; Instituto de investigaciones Gino Germani**, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/posgrados/20120914120239/PoliticaddeEvaluacionUniversitaria.pdf>> Acesso em: 05 nov.2015.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MEC/INEP. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br/>> Acesso em: 10 dez. 2015.

MELLO, A. F. **Globalização, sociedade do conhecimento e educação superior**: os sinais de Bolonha e os desafios do Brasil e da América Latina. Brasília: Editora da UnB, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MO SUNG, J. **Deus numa economia sem coração - pobreza e neoliberalismo**: um desafio à evangelização. São Paulo: Paulinas, 1992.

PEREIRA; Elisabete Monteiro de Aguiar. A Universidade Da Modernidade Nos Tempos Atuais. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 29-52, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n1/a03v14n1.pdf>> Acesso em: 11 jan. 2016.

RAUHVARGERS, A. Global university rankings and their impact. **NET**, Brussels, Belgium, 2011. Relatório EUA. Disponível em: <<http://www.eua.be./>> Acesso em: 10 jan. 2016

RUF – Ranking Universitário Folha. Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2015/>> Acesso em 03 abr. 2016.

VILELA,, Suely; LAJOLO., Franco Maria (Org.). **USP 2034**: Planejando o Futuro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 216 p. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/quem-somos/a-usp/desafios-institucionais-2014/usp_2034__planejando_o_futuro__livro_recentemente_publicado_pela_comissao_de_planejamento_da_usp1.pdf>.Acesso em: 03 abr. 2016.

WUR - World University Ranking - The Times Higher Education. Disponível em: <<https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings>> Acesso em: 08 fev. 2016.